

À Comissão Permanente de Licitação / Pregoeiro(a)

Ref.: Recurso Administrativo – Anulação do Item 4 do Processo Licitatório nº 90059/2024

A ELO CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.411.308/0001-55, com sede à Rua Tomaz Andrade, Nº 38, Industrial, Contagem-Mg, CEP:32.223-000, neste ato representada por Ivanilde Serebrenic, RG 19337273-3 SSP/SP, CPF 067.828.818-61, brasileira, casada, empresária, residente à Rua Emboabas, nº 595, Brooklin, São Paulo-SP, CEP 04.623-011, vem, respeitosamente, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão de anulação do item 4 do referido certame licitatório, pelos fundamentos a seguir expostos:

## I. DOS FATOS

Conforme informado pela decisão administrativa, o item 4 foi anulado sob o argumento de divergência entre o item 11.1.3, “b” do Edital e o item 9.2, “a” do Termo de Referência, apontando afronta à Súmula 275 do TCU e fundamentando a anulação na Súmula 473 do STF.

## II. DO DIREITO

### 1. Sobre a Divergência Apontada

A análise das disposições editalícias deve priorizar a harmonização das cláusulas divergentes, aplicando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de forma a preservar o objeto do certame, quando possível, antes de optar pela sua anulação.

### 2. A Súmula 275 do TCU e a Insanabilidade do Vício

A Súmula 275 do TCU trata da necessidade de consistência entre o edital e o termo de referência, contudo, não determina que toda e qualquer divergência configure automaticamente vício insanável. No caso em questão, é plausível que se realize uma retificação administrativa do edital, garantindo a continuidade do certame, em vez de proceder à anulação direta.

### 3. A Súmula 473 do STF e a Autotutela

A Súmula 473 do STF, embora reconheça a prerrogativa de a Administração corrigir atos administrativos eivados de vício, também impõe a necessidade de observância do interesse público. A anulação do certame, sem esgotar a possibilidade de convalidação ou adequação, pode comprometer a eficiência administrativa e desconsiderar o princípio da economicidade.

### III. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. A revisão da decisão de anulação, com a análise de que em outros processos anteriores deste órgão, lia-se que em divergência do termo de referência pelo edital, usar o segundo como prioridade;
2. Caso mantida a decisão de anulação, a devida fundamentação pormenorizada sobre a insanabilidade do vício e a impossibilidade de retificação, considerando o impacto dessa decisão sobre a continuidade do certame e o interesse público;
3. A notificação deste recorrente acerca da decisão final, para as providências cabíveis.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte-MG

ELO CONSTRUÇOES

LTDA:02411308000155

Assinado de forma digital por ELO  
CONSTRUÇOES

LTDA:02411308000155

Dados: 2024.11.21 08:35:27 -03'00'

---

ELO CONSTRUÇÕES LTDA  
Sérgio da Silva Moreira

Sócio